

ACTAS DEL XII CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR

TOMO 4 FORMACIÓN ARCHIVÍSTICA



RED de ARCHIVEROS
graduados de Córdoba

XII Congreso de Archivología del Mercosur

"Archivos y Archiveros en la Sociedad del Conocimiento"

Sofia Y. Brunero
Mariela A. Contreras
Florencia Moyano
Juan Thomas
Compiladores



Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Actas del XII Congreso de Archivología del MERCOSUR / Angelly Arancibia Noriel ... [et al.] ; compilado por Sofía Brunero ... [et al.]. - 1a ed . - Córdoba : Redes, 2017.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-46377-3-4

1. Archivología. 2. Gestión de Archivos. 3. Acceso a la Información. I. Arancibia Noriel, Angelly II. Brunero, Sofía, comp.
CDD 027

Fecha de catalogación: octubre 2017

Compiladores: Sofía Y. Brunero, Mariela A. Contreras, Florencia Moyano, Juan Thomas.

Diseño de portada: Noelia Garcia



Redes

Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Mail: editorial.ragcba@gmail.com

Página web: redarchiveroscordoba.com/editorial/redarchiveroscordoba.com



El acceso a los archivos en la sociedad del conocimiento. Apreciaciones desde la Argentina del siglo XXI, por REDES – Editorial de la RED DE ARCHIVEROS GRADUADOS DE CORDOBA se distribuye bajo una Licencia Creative Commons Atribución – No Comercial – Sin Obra Derivada 4.0 Internacional.

ISBN 978-987-46377-3-4



9 789874 637734

Eje Temático
Formación Archivística

Coordinadora: Ana Célia Rodrigues (Brasil)

Relatora: Andrea Rosa Tibaldo (Argentina)

Emilia María Vargas Solís (Costa Rica):

Nuestro camino recorrido como archivistas.----- pág. 5

María de los Ángeles Pérez Macuil (México):

Tendencias que determinan el perfil profesional de archivistas en México.----- pág. 26

Thiara dos Santos Alves, Helena Maria Tarchi Crivellari (Brasil):

Arquivistas brasileiros: panorama da formação e dos estudos recentes sobre o mercado de trabalho.----- pág. 40

Gustavo Kalil Cadaval, Ana Célia Navarro de Andrade (Brasil):

Importância do saber arquivístico na sociedade do conhecimento.----- pág. 56

Norma San Nicolás, Karin Domínguez Pelizza (Argentina):

La formación especializada del profesional en archivos y centros de documentación audiovisual y su aporte a la investigación de la historia reciente----- pág. 69

Maria Alcione Munhoz, Rosani Beatriz Pivetta da Silva (Brasil):

O curso a distância de gestão em arquivos da UFSM: relato de experiência da disciplina educação, identidade e diferença.----- pág. 79

Rosanara Pacheco Urbanetto, Tatiana Costa Rosa (Brasil):

Estudantes do Curso de Arquivologia da UFSM: uma escolha, múltiplas motivações.----- pág. 89

Sânderson Lopes Dorneles (Brasil):

O uso da rede social educativa EDMODO no ensino de arquivologia.----- pág. 104

Fernanda Frasson Martendal (Brasil):

A difusão da informação arquivística e suas expressões no ensino de Arquivologia no Brasil.----- pág. 119

Lorena Santos, Clarissa Schmidt (Brasil):

Análise do Ensino da “Classificação de documentos de Arquivo” nos cursos de Arquivologia do Brasil.----- pág. 135

Natália Bolfarini Tognoli, Adriana Pereira de Azevedo Marques (Brasil):

A Diplomática como disciplina formativa ao arquivista contemporâneo: uma análise a partir dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil.----- pág. 149

- Aníbal Bejarano, Gladys J. Gómez, Natalia V. Britez (Argentina):
*Archivos de instituciones educativas en la Provincia de Chaco:
necesidades y oportunidades para la institución y la comunidad.*----- pág. 166
- Estela Graciela Vega, Maria José Vanni (Argentina):
Experiencias de alfabetización archivística en grupos difusos de interés.----- pág. 183
- Thayron Rodrigues Rangel, Raquel Oliveira Melo, Rodolpho Guimarães
Pereira (Brasil):
*Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia no Brasil:
20 anos de pesquisa e construção sócio-profissional.*----- pág. 195
- Valéria Raquel Bertotti, Francisco Alcides Cougo Junior (Brasil):
Programa de aperfeiçoamento, estudo e pesquisa em arquivos: uma experiência.----- pág. 209



Arquivistas brasileiros: panorama da formação e dos estudos recentes sobre o mercado de trabalho

Autores: Thiara dos Santos Alves¹

Helena Maria Tarchi Crivellari²

Eixo Temático: *Formación archivística*

Resumo: O objetivo deste artigo foi contribuir para o conhecimento da formação dos Arquivistas brasileiros e dos escassos estudos recentes e relevantes sobre o mercado de trabalho deste profissional e da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”. Para isto, através de metodologia qualitativa, foram exploradas descritivamente as fontes bibliográficas da área. Considera-se que este trabalho servirá de aporte para novos estudos que abordem a complexidade das relações entre formação acadêmica e atuação profissional.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo teve por objetivo contribuir para o conhecimento sobre a formação e o mercado de trabalho dos Arquivistas brasileiros e da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”. Para isto, através de metodologia qualitativa, foram exploradas descritivamente as fontes bibliográficas da área. Divulgou-se tanto o histórico da formação do Arquivista brasileiro, quanto os escassos estudos recentes e relevantes sobre o mercado de trabalho deste profissional e da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”.

Na parte “Panorama da formação dos Arquivistas brasileiros”, este trabalho destacou o papel do Arquivo Nacional na oferta de cursos no período em que os cursos de Arquivologia não haviam sido criados no Brasil e as outras opções de qualificação por meio de cursos e especialização. Foi feita uma retrospectiva desde a criação do primeiro curso regular de Arquivologia no Brasil até a criação dos atuais dezesseis cursos de graduação em atividade no Brasil³. Também foram apontados aspectos sobre a estruturação dos cursos de Arquivologia, aspectos gerais da formação e a organização profissional dos Arquivistas.

A parte seguinte deste artigo, intitulada “Estudos recentes sobre o mercado de trabalho dos Arquivistas brasileiros”, foram apresentados, sumariamente, alguns estudos recentes, relevantes e que recapitularam estudos anteriores, que abordaram o mercado de trabalho do Arquivista no Brasil.

¹ Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Endereço eletrônico: thialves@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço eletrônico: helenacrivellari@gmail.com

³ De acordo com o site do Ministério da Educação. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 fev. 2017.



Neste sentido, foram citadas as produções de Costa (2008), de Souza (2011) e de Brito (2014). Também foram consideradas as pesquisas sobre mercado de trabalho da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, sendo elas os estudos de Jannuzzi e Loureiro (2003), de Loureiro e Jannuzzi (2007) e de Alves (2016).

A última parte do artigo é as “Considerações finais”. Neste momento encerra-se o texto indicando que este trabalho alcançou seu objetivo e que poderá contribuir para novos estudos que abordem a complexidade das relações entre formação acadêmica e atuação profissional.

2 PANORAMA DA FORMAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Atualmente, para ser Arquivista no Brasil – atendendo os requisitos da Lei nº 6.546/78, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo – é indispensável a Graduação em Arquivologia. O Arquivista é responsável por planejar, orientar, elaborar, assessorar e promover produtos e serviços que visem à criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos documentos de arquivo (Rousseau; Couture, 1994). Deste modo, é um profissional imprescindível para “toda e qualquer instituição que produza, armazene e disponibilize informação, independente do suporte” (Souza, 2011, p. 51).

No período em que os cursos de Arquivologia não existiam no Brasil, o Arquivo Nacional – criado em 1838 – ofertou cursos para atender as “necessidades de habilitação técnica de pessoal para a organização dos acervos produzidos/acumulados no País” (Marques, 2012, p. 22). Outra alternativa para a qualificação dos profissionais atuantes em arquivos eram os cursos esporádicos ofertados na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), no Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT), de São Paulo, na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (Marques, 2007). Além disso, cursos optativos de Arquivística foram ofertados em programas de Biblioteconomia, como, por exemplo, a partir de 1967, na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e em programas de História, como na UFF, a partir de 1970 (Oliveira, 2012). Surgiram também alguns cursos de Pós-Graduação *lato sensu* com conteúdos arquivísticos; dentre eles, destacou-se o Curso de Especialização em Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP), criado em 1968, que “de forma regular, por mais de duas décadas, [...] revelou-se uma experiência bem sucedida, ao formar um corpo de especialistas em arquivos” (Santos, 2008, p. 140).

O primeiro curso regular de Arquivologia no Brasil foi o Curso Permanente de Arquivo (CPA), com duração de dois anos, o qual teve início em 1960, no Arquivo Nacional. A década



seguinte foi um período profícuo para a configuração científica da Arquivologia brasileira (Marques, 2011). A comunidade profissional da área de arquivos pôde reunir-se de forma organizada, em 1971, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e de seus núcleos regionais⁴. O movimento associativo foi determinante na institucionalização do campo arquivístico no país (Silva; Orrico, 2012). A AAB organizou o I Congresso Brasileiro de Arquivologia e iniciou a publicação do importante periódico “Arquivo & Administração”, ambos em 1972 (Tanus; Araújo, 2013). Em 1973, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) concedeu ao Arquivo Nacional mandato universitário para realizar o Curso Permanente de Arquivo. Em 1974, foi aprovada a Resolução nº 28 do Conselho Federal de Educação, que determinava o Currículo Mínimo para os cursos de Arquivologia no Brasil (Mariz, 2012). O currículo mínimo limitava a liberdade de criação dos currículos dos cursos universitários de Arquivologia e dispunha de quinze matérias, a saber: Introdução ao Estudo do Direito, Introdução ao Estudo da História, Noções de Contabilidade, Noções de Estatística, Arquivo I a IV, Documentação, Introdução à Administração, História Administrativa, Econômica e Social do Brasil, Paleografia e Diplomática, Introdução à Comunicação, Notariado, Língua Estrangeira Moderna (Oliveira, 2012).

O Curso Permanente de Arquivo foi transferido, em 1977, para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO), conquistando o espaço universitário e passou a ser designado como curso de Arquivologia (Marques; Rodrigues, 2011). No ano seguinte, foi regulamentada a profissão do Arquivista, devido, principalmente, aos esforços da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Atualmente, no Brasil existem dezesseis cursos de Arquivologia em atividade, os quais são presenciais, formam bacharéis e são ofertados em universidades públicas. Souza (2011) fez um mapeamento do período em que as universidades criaram os cursos de Arquivologia. Segundo a autora, os primeiros cursos de Arquivologia no Brasil foram criados na década de 1970: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Na década de 1990, foram criados cinco cursos universitários de Arquivologia: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A partir dos anos 2000, foram criados outros oito cursos: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), em 2003; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em 2006; Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e

⁴ Os núcleos regionais deveriam repassar 20% da receita para a sede da AAB. As diferentes disputas deste modelo arquivístico com filiais, resultou, em 1998, na extinção dos núcleos regionais da AAB (Silva; Orrico, 2012). Em 2015, a AAB dissolveu-se em reunião extraordinária.



Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 2008; Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2009; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2010, e Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2012⁵. Os cursos criados após 2007 receberam investimentos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve por objetivo ampliar o acesso à educação de nível superior no Brasil.

Os Arquivistas estão organizados profissionalmente em associações estaduais – Associação de Arquivistas de São Paulo, Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas da Bahia, Associação Brasileira de Arquivologia, Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul, Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo, Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná, Associação de Arquivologia do Estado de Goiás, Associação Mineira de Arquivistas, Associação dos Arquivistas da Paraíba, Associação de Arquivistas do Estado do Ceará e Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina – e no Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos de Arquivo. Todas as associações estaduais estão congregadas, desde 2014, no Fórum Nacional das Associações de Arquivistas do Brasil (FNArq), que é um colegiado que reúne, coordena e representa os interesses das associações.

Cabe destacar que a fiscalização do exercício profissional, no Brasil, é responsabilidade dos Conselhos de Fiscalização de Atividades Profissionais. Todavia, ainda não existe um Conselho Profissional para os Arquivistas brasileiros e o exercício da profissão depende de registro na Delegacia Regional do Trabalho (Brasil, 1978). É importante esclarecer que o Conselho Nacional de Arquivos é um órgão vinculado ao Arquivo Nacional, o qual define a política nacional de arquivos (Brasil, 1991); não correspondendo, portanto, a uma instituição de representação profissional.

Segundo Rodrigues (2011), seguindo tendências internacionais, após os anos de 1990, no Brasil, a centralidade do ensino e da pesquisa em Arquivologia deslocou-se das instituições arquivísticas públicas para as universidades. Três anos após o processo de redemocratização do país, foi sancionada a Lei nº 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Esta lei “reconhece, de um lado, o dever do Estado acerca da gestão e preservação dos documentos públicos e, de outro, o direito de informação do cidadão” (Marques, 2011, p.101).

⁵ O Centro Universitário Assunção (UNIFAI) divulga em seu site (<<http://www3.unifai.edu.br/cursos/graduacao/arquivologia>>, acesso em: 06 maio 2016), a oferta do bacharelado em Arquivologia. No entanto, o site do Ministério da Educação (<<http://emec.mec.gov.br/>>, acesso em: 06 maio 2016) informa que o curso de Arquivologia da UNIFAI encontra-se extinto.



Para além da Graduação, a partir da década de 1990, houve um aumento de dissertações e teses com temáticas arquivísticas, “sobretudo nas áreas de ciência da informação (UFF, UnB, UFMG, UFRJ/Ibict), história social (USP) e memória social (UNIRIO)” (Santos, 2012, p.66). Em 2012, a UNIRIO lançou o Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), que inaugurou uma nova experiência na qualificação dos Arquivistas. Os profissionais também puderam dar continuidade aos estudos por meio dos cursos de especialização.

A estruturação dos cursos de Arquivologia criados até 2001 foi balizada pelo Currículo Mínimo (Oliveira, 2012), embora, em 1996, tenha sido promulgada a Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, flexibilizando a estruturação dos currículos universitários. Tal medida está expressa no artigo 53, inciso II, o qual assegura às universidades, observadas as diretrizes gerais pertinentes, fixar os currículos de seus cursos e programas.

O Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, por meio do Parecer nº 492, de 3 de abril de 2001, aprovou a proposta de diretrizes dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES) nº 20, de 13 de março de 2002, ficaram estabelecidas as diretrizes para os cursos de Arquivologia.

Fonseca (1999) aponta que os currículos dos cursos de Arquivologia estariam voltados para a formação de um profissional preparado para atuar na administração pública, embora as instituições arquivísticas tenham permanecido, ao longo da história brasileira, em posição periférica na estrutura estatal. Neste sentido, a Arquivologia tem sido produzida e reproduzida nas instituições arquivísticas como um saber de Estado (Jardim, 2001). No que concerne aos currículos dos cursos de Arquivologia, Jardim (2001) também considera que os cursos têm formado profissionais para atender às demandas do Estado nos arquivos públicos.

No que se refere à atuação do Arquivista na iniciativa privada, observa-se que este profissional não é identificado pelas empresas privadas como um ator “necessário às suas perspectivas de busca da chamada ‘qualidade total’ [...], o arquivista ainda é visto como um organizador de papéis e não como um gestor de informações e documentos” (Fonseca, 1999). Esta desvalorização do Arquivista ocorre não só na iniciativa privada, mas também na administração pública (Fonseca, 1999).

A visibilidade social do Arquivista poderá melhorar se houver mudanças curriculares que visem a alcançar o mercado de trabalho de forma mais ampla, incluindo as demandas das empresas privadas, e que enfatizem “questões contemporâneas relacionadas [...] ao gerenciamento e uso de

redes [...] de comunicação, à geração, gerência e uso de bases de dados, aos novos (?) suportes da informação e seu conseqüente impacto na gestão de documentos” (Fonseca, 1999). Andrade (2006) afirma que a capacidade de lidar com as tecnologias é uma habilidade elementar aos Arquivistas, sendo uma ferramenta facilitadora de seu trabalho. Contudo, o autor aponta que há uma distância entre a evolução das tecnologias da informação e o ensino e aprendizagem destas nos cursos de Arquivologia.

Acompanhando o processo e os avanços tecnológicos, a profissão do Arquivista passou por mudanças de atribuições “[...] e os arquivistas devem manter uma atualização contínua a fim de seguir sendo profissionais reconhecidos e respeitados na sociedade (SOUZA, 2011, p. 53)”. Os avanços da sociedade brasileira na área da transparência administrativa – como, por exemplo, a Lei nº 12.527/2011 – e os desafios das novas tecnologias realçam a necessidade de o Arquivista definir e defender seu campo de atuação.

No ambiente universitário, Jardim (2001) constata que os docentes dos cursos de Arquivologia dedicam-se pouco à pesquisa científica voltada para o conhecimento arquivístico. Isto contribui para o pequeno número de discentes que se dedicam à pesquisa, à iniciação científica e a ausência de obrigatoriedade, na maioria dos cursos de Graduação, de apresentar monografia ao final do curso.

A formação do Arquivista e, por consequência, a estrutura curricular precisam buscar, cada vez mais, harmonia com o mercado de trabalho e com os campos que dialogam interdisciplinarmente com a Arquivologia. As relações entre formação e mercado de trabalho são complexas e é importante conhecê-las para que a formação acadêmica desdobre na atuação profissional. No entanto, ao pensar o alinhamento entre currículos e mercado de trabalho, deve-se manter uma postura cautelosa, a qual considere que:

[...] não há um profissional a ser formado, mas diferentes profissionais para atuarem nas realidades deste país heterogêneo e por vez paradoxal... [sic] o mercado de trabalho não pode e nem deve ser o único elemento norteador das atividades de ensino pois estas transcendem àquelas (Guimarães, 1992, p. 185 *apud* Jardim, 2001).

A educação profissional, de acordo com Theo Thomassen (1994, p.507 *apud* Jardim, 2001), “deve frequentemente cruzar as fronteiras entre assuntos, [sic] especializados, disciplinas tradicionais e profissões afins e entre o mundo do conhecimento e o mundo do trabalho”.



3 ESTUDOS RECENTES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

São poucas as pesquisas sobre o mercado de trabalho dos Arquivistas e da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”. Portanto, considerou-se importante expor, sumariamente, alguns estudos recentes e relevantes que abordam este mercado de trabalho.

No que diz respeito aos Arquivistas, Marques e Roncaglio (2012, p.87) explicam que “saber quem somos [os Arquivistas] e quantos somos dependerá de um esforço conjunto para continuarmos a consolidar informações, ideias e conhecimentos acerca das nossas realizações”. Entre as pesquisas mais recentes neste sentido, que recapitulam os estudos anteriores, se pode citar a produção de Larissa Costa (2008), de Katia Souza (2011) e de Djalma Brito (2014).

Larissa Costa (2008) buscou compreender a relação entre a formação acadêmica dos Arquivistas e o mundo do trabalho em Brasília, a partir de abordagem qualitativa – revisão de literatura; análise de conteúdo das entrevistas com 7 egressos das duas primeiras turmas de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB) e com os orientadores externos de estágio; análise documental de 49 editais de concursos públicos para Arquivistas, no período entre 2003 e 2006, e de 216 relatórios de estágio supervisionado de discentes do curso de Arquivologia da UnB, no período entre 2003 e 2006. A autora concluiu que a Arquivologia tem estreitado laços com outras áreas que lidam com a informação; os empregadores dos Arquivistas demandam informações, atitudes, habilidades e conhecimentos que nem sempre pertencem à produção realizada na área da Arquivologia ou que extrapolam o que é ensinado durante a formação; os estágios contribuem para a aquisição de conhecimentos e habilidades exigidos pelo meio profissional, mas não favorecem o alcance da autonomia profissional (Costa, 2008).

Souza (2011) buscou investigar dados sobre os egressos dos cursos de Arquivologia. A autora apresentou outros estudos que indicaram o número de graduados em Arquivologia no país; mapeou o quantitativo de Arquivistas egressos dos cursos até julho de 2011, a partir dos dados do Ministério da Educação, o qual totalizou 4.906 Arquivistas; expôs a distribuição, por Unidade Federativa do país, dos 1.377 Arquivistas com registro profissional, no Ministério do Trabalho e Emprego; e aplicou questionário para conhecer os Arquivistas graduados até 2008⁶.

O questionário de Souza (2011) esteve disponível *online* entre novembro de 2008 e abril de 2009. A pesquisa retornou em 452 questionários válidos, os demais questionários recebidos estavam em branco ou foram respondidos por Arquivistas com previsão de formatura fora do corte

⁶ Para divulgar o questionário entre os Arquivistas, Souza (2011) optou pela identificação através de contatos pessoais; buscas na *internet*; listas de discussões da área de Arquivologia; investigação de perfil pessoal e de comunidades profissionais em site de relacionamentos (<www.orkut.com>) e contatos fornecidos por Arquivistas.



cronológico estabelecido pela pesquisa; além disso, houve questionários com duplicidade de nomes. Dentre os 452 respondentes, 109 não atuavam como Arquivistas e 343 exerciam a profissão de Arquivista.

Entre os resultados do questionário, destacam-se os seguintes: em relação ao gênero dos arquivistas, 62% eram mulheres e 38% eram homens; a maioria dos profissionais era jovem, na faixa entre 20 e 29 anos; o tempo de atuação profissional predominante corresponde à faixa de 3 a 5 anos de atuação; a partir da natureza jurídica do empregador, observa-se que o Estado é o maior empregador dos Arquivistas, uma vez que 54% destes trabalham em instituições públicas; de acordo com a classificação de atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os principais empregadores dos Arquivistas pertencem às seguintes atividades: “Administração pública, defesa e seguridade social”, “Educação” e “Informação e comunicação”; quanto à forma de ingresso nas instituições empregadoras, 42% dos respondentes ingressaram através de concurso público, 24% ingressaram por meio de processo seletivo e as formas de ingresso dos demais (34%) são: contrato, contrato temporário e outras; no que concerne à carga horária trabalhada predominante, constata-se que 69,9% trabalham 40 horas semanais; sobre a quantidade de funcionários no setor de trabalho, 175 Arquivistas informaram que havia apenas de 1 a 3 funcionários, 72 informaram que havia 10 ou mais funcionários, 56 informaram que havia 4 a 6 funcionários e 40 informaram que havia de 7 a 9 funcionários; no que diz respeito à remuneração, 32% dos Arquivistas recebem até 5 salários mínimos, 17% recebem mais de 10 salários mínimos, 3 Arquivistas (0,8%) não informaram a remuneração e os demais (50,2%) recebem de 6 a 10 salários mínimos; quanto à formação continuada, 85 Arquivistas possuem outra Graduação, 165 possuem Especialização, 51 possuem Mestrado e 24 possuem Doutorado (18 Arquivistas possuem apenas a Graduação em Arquivologia).

A pesquisa de Brito (2014) estudou a proposta de um curso de gestão de documentos de arquivo, na modalidade a distância, para agentes públicos que atuam nos serviços de arquivo do Poder Executivo Federal (PEF). Entre os objetivos da pesquisa, o autor buscou levantar o perfil do agente público que trabalha nos serviços de arquivo dos órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, que integram o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da Administração Pública Federal. O cadastro dos integrantes do SIGA iniciou-se em 2008 e a pesquisa de Brito (2014), feita até o dia 22 de maio de 2013, constatou que havia 1.350 registros, o que corresponderia a 0,13% do total de servidores ativos no PEF (1.008.025 servidores).

Ao traçar o perfil dos integrantes do SIGA, através do Cadastro Nacional dos Integrantes do SIGA, Brito (2014) obteve várias informações, das quais se destacam: entre os órgãos ou entidades do PEF, os que possuem o maior quantitativo de cadastros no SIGA são Advocacia-Geral



da União (233 registros), Ministério da Educação (203 registros), Ministério de Minas e Energia (167 registros), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (144 registros) e Ministério da Saúde (101 registros); os dados sobre a escolaridade dos registrados no SIGA revelam que 60% deles possuem nível Superior, 35% nível Médio, 3% Nível fundamental e não foi possível identificar a escolaridade de 2% dos registrados; dentre os 803 agentes que declararam possuir Nível superior, 17% (133 pessoas) possuem Graduação em Arquivologia, o que representa pouco mais que 10% dos registrados no SIGA e 0,01% do total de servidores ativos do PEF.

Os Arquivistas e os Museólogos foram agrupados em uma mesma Família ocupacional, denominada “Arquivistas e Museólogos”, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em sua versão 2002, e alterações incluídas em 2013. A CBO é o “documento normalizador (no sentido classificatório) do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro” (Brasil, 2010). A CBO é utilizada, com fins classificatórios e de identificação das ocupações no mercado de trabalho, nos registros domiciliares e administrativos que dizem respeito aos programas da política de trabalho no Brasil (Brasil, 2002). Embora estejam em uma mesma Família ocupacional, Arquivistas e Museólogos desempenham atividades específicas (que, algumas vezes, são convergentes) na sociedade.

Jannuzzi e Loureiro (2003) apresentaram a distribuição dos profissionais envolvidos em locais de difusão cultural, considerando os empregados nas seguintes Famílias ocupacionais: “Profissionais do Jornalismo”, “Profissionais da Informação”, “Arquivistas e Museólogos” e “Profissionais da Escrita”. A partir dos dados do Censo Demográfico do ano de 2000, os autores indicaram que, entre estas Famílias ocupacionais, a intitulada de “Arquivistas e Museólogos” é a que possui um contingente significativamente menor de representantes. Deste modo, na tabela que demonstra o número de representantes de cada Família ocupacional nas Unidades Federativas do Brasil, os autores optaram por não demonstrar a distribuição dos “Arquivistas e Museólogos” e incluíram estes profissionais no valor total de indivíduos em todas as Famílias ocupacionais.

Loureiro e Jannuzzi (2007) também utilizaram o Censo Demográfico e as Famílias ocupacionais da CBO para estudarem a inserção dos profissionais em atividade de informação que atuavam no mercado de trabalho brasileiro no ano de 2000. Foram consideradas, em tal estudo, as seguintes Famílias ocupacionais: “Profissionais da informação” e “Arquivistas e Museólogos”, de nível Superior; “Técnicos em biblioteconomia” e “Técnicos em museologia e afins”, de nível Médio; e “Auxiliares de serviços de documentação, informação e pesquisa”, de nível Administrativo. No que concerne à Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, os autores indicaram a existência de 1.059 profissionais, o que representava 0,0016% do total da população ocupada no país (64.384.786



peças). Destes 1.059 “Arquivistas e Museólogos”, 3% estariam na região Norte do Brasil, 15,9% na região Nordeste, 55% na região Sudeste, 18,3% na região Sul e 7,6% na região Centro-Oeste. No Censo Demográfico de 2000, a população do país era de 169.799.170 pessoas e a razão de “Arquivistas e Museólogos” por 100 mil habitantes era de 0,2 na região Norte, 0,3 na região Nordeste, 0,8 na região Sudeste, 0,7 na região Sul e 0,6 na região Centro-Oeste. Sobre estes dados, Loureiro e Jannuzzi (2007, p. 38) esclarecem:

Considerando que cada empresa de médio e grande porte lida com um volume de documentos significativo, pode-se entender que deveria existir um campo de trabalho maior para os Arquivistas. Não é o que os dados do Censo mostram: a realidade do grupo composto pelos Arquivistas e Museólogos é ruim para os profissionais de nível superior. [...]. Faz-se uma ligação desses resultados com a pouca visibilidade da categoria profissional, de maneira geral (Loureiro; Jannuzzi, 2007, p. 38).

Como uma forma de apresentar o uso da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) nas estatísticas de trabalho e emprego, Alves (2016) caracterizou o perfil de emprego formal da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” a partir das informações da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE). Para isto utilizou os seguintes critérios: informações do ano de 2014; vínculo ativo do profissional no final do ano; e grau de escolaridade correspondente a Curso Superior completo, Mestrado e Doutorado.

A pesquisa de Alves (2016) revelou que a soma do número de profissionais nas Unidades Federativas brasileiras, a partir dos dados obtidos na base estatística da RAIS/MTE, totalizou em 2.652 “Arquivistas e Museólogos” formalmente empregados no Brasil. Portanto, o contingente de profissionais da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” correspondeu a 0,005% do total da população formalmente empregada no Brasil e com vínculo ativo em 31 de dezembro de 2014.

Segundo a autora, mais de a metade dos “Arquivistas e Museólogos”, 1378 profissionais, concentram-se na região Sudeste do país. O segundo maior quantitativo está na região Nordeste, com 437 profissionais. Em seguida, a região Sul apresenta 422 profissionais. Depois, observam-se 334 profissionais da região Centro-Oeste. Por fim, o menor quantitativo de “Arquivistas e Museólogos” está na região Norte, com apenas 81 profissionais.

Alves (2016) apontou que na Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”: 64,93% dos profissionais são mulheres e 35,7% são homens; apenas 2,79% dos profissionais possuem Mestrado e 0,75% possuem Doutorado (portanto, os demais, 96,46% possuem somente a Graduação); a faixa etária predominante é a de mais de 30 anos (com 78,05% profissionais). No que



concerne à remuneração dos “Arquivistas e Museólogos”, a autora identificou que 51,10% dos “Arquivistas e Museólogos” receberam faixas de remuneração média que são inferiores ou iguais a 5 SM; 31,06% receberam faixas de remuneração média que são superiores a 5 SM e inferiores a 10 SM e 17,84% receberam faixas de remuneração média que são superiores a 10 SM.

As informações da RAIS/MTE permitiram a autora (Alves, 2016) concluir que: 51,09% dos “Arquivistas e Museólogos” trabalhavam de 31 horas a 40 horas semanalmente, 39,44% trabalhavam de 41 horas a 44 horas e as demais faixas de horas contratadas somam 9,47%; os “Arquivistas e Museólogos” estão empregados, em sua maioria, em estabelecimentos de grande porte, sendo 41,86% empregados em estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados.

Sobre a faixa de tempo de emprego da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, Alves (2016) informa que: a soma das faixas de tempo de emprego inferiores a 2 anos totalizam 34,28%; a maioria dos “Arquivistas e Museólogos” possui 10 anos ou mais de tempo de trabalho (21,30%), seguido de 18,02% com 5 anos ou mais e menos de 10 anos de tempo de trabalho, e depois pelos empregados com 3 anos ou mais e menos de 5 anos de tempo de trabalho (15,01%); na sequência, apresentam-se os trabalhadores com 2 anos ou mais e menos de 3 anos de tempo de trabalho (11,39%).

Quanto à natureza jurídica do empregador dos “Arquivistas e Museólogos”, a autora revelou que o principal empregador da Família ocupacional é a “Administração pública”, com 46,95%. Depois da “Administração pública”, a natureza jurídica dos empregadores que mais empregaram foram as “Entidades empresariais” (37,03%) e as “Entidades sem fins lucrativos” (15,76%). As outras duas categorias de natureza jurídica, “Pessoas físicas” e “Instituições extraterritoriais” somaram apenas 0,26%.

No que diz respeito ao vínculo empregatício dos “Arquivistas e Museólogos”, a autora indicou que 55,54% são celetistas, 42,65% são estatutários, 1,17% temporários e 0,64% contratados. Portanto, 98,19% dos “Arquivistas e Museólogos” são celetistas ou estatutários. É importante ressaltar que a Administração Pública também contrata através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), principalmente, nas sociedades de economia mista, nas empresas públicas e nas fundações de direito privado.

Sobre as áreas de atuação (atividades) dos empregadores dos “Arquivistas e Museólogos”, Alves (2016) aponta que do total de 2.652 “Arquivistas e Museólogos” empregados formalmente em 2014, 51,54% dos profissionais estão empregados em apenas dois setores econômicos: “Administração Pública, Defesa e Seguridade Social” (780 profissionais, o que representa 29,41% do total) e “Educação” (587 profissionais, o que representa 22,13% do total).

Outros setores que se destacam, com 100 ou mais profissionais, são: “Atividades Administrativas e Serviços Complementares” (196 profissionais); “Atividades Profissionais Científicas e Técnicas” (192 profissionais); “Informação e Comunicação” (170 profissionais); “Outras Atividades de Serviços” (155 profissionais) e “Saúde Humana e Serviços Sociais” (110 profissionais).

Ao cruzar as informações do quantitativo de “Arquivistas e Museólogos” empregados na “Administração pública, defesa e seguridade social” e na “Educação” com as informações sobre a natureza jurídica do empregador, Alves (2016) identificou que: a) o **Poder Executivo** é o que mais emprega “Arquivistas e Museólogos”, os quais atuam no setor econômico “**Administração pública, defesa e seguridade social**”; b) o setor econômico “**Educação**”, por seu turno, emprega mais “Arquivistas e Museólogos” nas **Autarquias**.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico da formação dos Arquivistas brasileiros foi delineado neste trabalho, abordando não somente os aspectos do ensino e das instituições, mas também de organização profissional. Sobre o mercado de trabalho dos Arquivistas no Brasil revelou-se que são poucos os estudos que exploram o mercado de trabalho dos Arquivistas e dos “Arquivistas e Museólogos”. As pesquisas mais recentes e que se destacam nesta temática, a partir de diferentes metodologias, apresentadas neste artigo, indicaram aspectos gerais sobre este mercado de trabalho, revelaram o perfil destes profissionais e indicaram que a representatividade numérica tanto dos Arquivistas quanto dos “Arquivistas e Museólogos” é significativamente pequena.

Este trabalho poderá contribuir para o conhecimento de aspectos sobre a formação e o mercado de trabalho dos Arquivistas, de maneira a servir como aporte para novos estudos que abordem a complexidade das relações entre formação acadêmica e atuação profissional.



REFERÊNCIAS

Alves, T.S. (2016). *A Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”*: posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego. (Dissertação de Mestrado, em Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte). Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-AE3HFE>>.

Andrade, R. S. (2006). Tecnologia, Memória e Formação do Profissional Arquivista. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, 2 (1),149-159.

Brasil. (1978). Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 jul.

Brasil. (1991). Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 jan.

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. (2010). *Classificação Brasileira de Ocupações: CBO*. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2014/09/CBO-Livro-1.pdf>>.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. (2002). *Classificação Brasileira de Ocupações. CBO 2002*. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>>.

Brito, D.M. (2014). *Gestão de documentos: uma proposta de curso de capacitação a distância para o Poder Executivo Federal*. (Dissertação de Mestrado não publicada) Escola de Arquivologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Costa, L.C. (2008). *Entre a formação e o trabalho: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia,



Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília).

Fonseca, M. O. K. (1999). Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico. In: Arquivo Nacional. *Caderno de Textos. Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 1999*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Jannuzzi, P.M. & Loureiro, M.F. (2003). Equipamentos culturais, bibliotecas e profissionais da informação no Brasil: indicadores estaduais por volta de 2000. *Transinformação, 15*(3),23-44.

Jardim, J. M. (2001). A formação do arquivista na sociedade da informação. In: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Lisboa, 7.

Loureiro, M.F., & Jannuzzi, P.M. (2007). Profissional da informação: análise da inserção no mercado de trabalho brasileiro. *Perspectivas em Ciência da Informação, 12*(2), 23-48.

Mariz, A. C. A. (2012). Reformas curriculares do curso de Arquivologia da UNIRIO: reflexões e propostas. In: Venâncio, R.& Nascimento, A. (Org.). *Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. pp. 189-222. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG.

Marques, A.A.C. (2012). A Arquivologia no Brasil: Algumas Considerações Históricas e sua Configuração Atual. In: Rodrigues, G.M., Costa, M.G. (Org.). *Arquivologia: configuração da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e acesso*. (pp.21-36). Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

Marques, A.A.C. (2011). *Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 339 f. (Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília).

Marques, A.A.C. (2007). *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 298 f. (Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília).

Marques, A. A. C. & Rodrigues, G. M. (2011). A configuração da pesquisa em Arquivologia no Brasil: delineamentos dos seus espaços e temáticas. In: Marques, A.A.C., Rodrigues, G.M., & Roncaglio, Cynthia (Org.). *A formação e a pesquisa nas universidades públicas brasileiras*. (pp.77-107). Brasília: Thesaurus. (I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia).

Marques, A. A. C. & Roncaglio, C. (2012). A pesquisa científica em Arquivologia no Brasil. In: Mariz, A. C. A. & Jardim, J. M. & Silva, S. C. A. (Org.). *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil*. (pp.74-88). Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro.

Oliveira, F. H. (2012). A Formação do Arquivista na Universidade de Brasília e as Habilidades Profissionais Demandadas pelo Mercado de Trabalho da Capital Federal. In: Rodrigues, G. M.; Costa, M. G. (Org.). *Arquivologia: configuração da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e aceso*. (pp.99-123). Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

Rodrigues, G.M. (2011). Apresentação. In: Marques, A.A.C., Rodrigues, G.M., & Roncaglio, Cynthia (Org.). *A formação e a pesquisa nas universidades públicas brasileiras*. (pp.11-16). Brasília: Thesaurus. (I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia).

Rousseau, J.-Y. & Couture, C. (1994). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Santos, P. R. E. (2008). *A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. (Tese de Doutorado, em Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo).

Santos, P. R. E. (2012). A pesquisa em Arquivologia no Brasil e os centros não universitários: apontamentos para um debate. In: Mariz, A. C. A., Jardim, J. M. & Silva, S. C. A. (Org.). *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro.



Silva, E. P. & ORRICO, E. G. Estado da arte na institucionalização do campo arquivístico no Brasil. In: Mariz, A. C. A. & Jardim, J. M. & Silva, S. C. A. (Org.). *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil*. (pp.99-113). Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro.

Souza, K.I.M. (2011). *Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho*. Brasília: Starprint.

Tanus, G. F. S. C. & Araújo, C. A. Á. (2013). O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 18 (37), 83-102.